

Uso comum do território e a concepção pessoal de mundo: um estudo a partir do enfoque histórico-cultural

SOLANGE STRUWKA*

Resumo: O artigo discute a concepção pessoal de mundo de camponeses faxinalenses, em especial sobre a terra e o território – caracterizados pela tradição do uso comum. O estudo, apoiado no enfoque histórico-cultural, adotou como estratégia metodológica a observação participante e entrevistas de história de vida, realizadas com moradores de duas comunidades. Identificamos como central a concepção de unidade e interdependência entre ser humano e natureza. Evidenciamos que essa concepção pessoal está baseada nas vivências do uso comum do território que, por sua vez, possui como sentido a produção de bens de uso e o desenvolvimento de atividades produtivas adaptadas aos limites e às exigências da natureza.

Palavras-chave: Psicologia histórico-cultural; Concepção pessoal de mundo; Uso comum do território.

The collective use of territory and the personal conception of the world: a research based on the historical-cultural focus

Abstract: The purpose of this article is debate the personal conception of the peasants known as The Faxinal or The Faxinalenses People, especially about the territory and land – all them characterized by the tradition of collective use. This study is based on the historical-cultural and during analysis approach we adopted as methodological strategy the technique of observation participant and life stories interviews carried out with residents of two communities. We identified as a central point the conception of unit and the interdependence between human being and nature. Is important say we our point view is that this personal conception is based on the experiences of the collective use of territory. These experiences in turn have the meaning of production of public resources in common use by this people and development of productive activities adapted to the limits and demands of nature.

Key words: Cultural-historical Psychology; Individual conception of world; Common use of territory.



* SOLANGE STRUWKA é professora adjunta da graduação e colaboradora no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Integra a Incubadora de Cooperativas Populares da UNIR (INCOOP) e o grupo Amazônico de Estudos e Pesquisa em Psicologia e Educação (GAEPPE).

1. Introdução

A problemática deste texto confronta um dos elementos basilares do modo de acumulação capitalista: a propriedade privada e as relações alienadas e alienantes por ela produzidas. Defendida ferozmente pelos liberais e condenada por humanistas e críticos dos males produzidos pelo lucro e pelo acúmulo, a propriedade privada segue sendo, junto à exploração do trabalho, a causa da divisão em diferentes classes ou da atual separação entre 1% que tudo têm e 99% que são jogados à própria sorte.

Para os grupos que investigamos, a imposição da propriedade privada – primeira ação realizada pelo capital coadunado com o Estado – significa a perda da tradicional e particular forma de praticar a produção e reprodução social da vida comunitária, historicamente alicerçada no uso comum do território que lhes garante o básico para viver, assim como possibilita uma singular forma de se relacionar com a natureza e as pessoas. Essas particularidades também estão expressas na compreensão de que a natureza não deve ser transformada em mercadoria, usada ao bel-prazer do ser humano, mas, sim, igualmente acessada e apropriada por aqueles que nela trabalham.

Buscando compreender as singularidades constituídas a partir da materialidade da vida dos camponeses faxinalenses, esta pesquisa foi desenvolvida como parte de uma investigação maior, realizada no doutorado, cujo objetivo foi compreender a formação da personalidade de sujeitos que realizam o uso comum da terra. Neste breve texto, buscamos analisar a concepção pessoal de mundo expressa pelos sujeitos a partir das entrevistas realizadas com três camponeses faxinalenses, moradores de

duas comunidades situadas no interior do Paraná.

Para situarmos e localizarmos os camponeses faxinalenses na luta de classes, apresentaremos uma breve contextualização sobre os determinantes históricos que disputam, constantemente, seus territórios, corpos e concepções.

2. Os camponeses e povos originários no capitalismo dependente e periférico

A fim de produzirmos aproximações históricas e objetivas dos fatores que subjuguem os povos originários, camponeses, trabalhadores e trabalhadoras rurais que compõe o diverso campesinato brasileiro e latino-americano, apresentaremos a função social do latifúndio nas sociedades dependentes e periféricas, como a brasileira, e na organização das lutas de resistência e superação do capital.

A imposição da propriedade privada e da exploração do trabalho na América Latina foi efetivada com certas particularidades. No que diz respeito à exploração do trabalho, inicialmente dos povos originários e das pessoas escravizadas vindas de África, materializou-se em nossas terras relações sem limites, que atingiram os mais altos níveis de violência, opressão e domínio. Quanto ao uso da terra – considerada um bem comum pelas sociedades e povos originários –, passou a ser privatizada e monopolizada por uma pequena oligarquia. Dessa maneira, como elucida a Teoria Marxista da Dependência, podemos afirmar que a união do trabalho escravizado ao latifúndio, à serviço da produção de matérias-primas, está na base da organização colonial-exportadora dependente que possibilitou o desenvolvimento capitalista na América Latina. Essa conformação, não superada

pelas “independências” dos países latino-americanos, acompanha nossas sociedades adaptadas aos mandos das economias centrais do capitalismo mundial. Para Bambirra (2019), essa continuidade se manteve pelo fato de que, desde a conquista, herdamos uma vinculação como área periférica, subordinada e dependente.

Esse lugar, imposto à América Latina na divisão internacional do trabalho, nos faz exportadores de produtos primários a partir de um intencional rebaixamento na transação comercial entre nações, base de uma “transgressão internacional nas relações de troca” (MARINI, 2012, p. 144). Junto ao deliberado rebaixamento nas relações de troca, em que sempre perdemos, teremos a manutenção da estrutura latifundiária e agroexportadora de *commodities* e dos chamados bens semimanufaturados, bem como a superexploração dos trabalhadores.¹

Nesse sentido, identificamos que, desde a colonização da América Latina, dois elementos se entrelaçam na estruturação das relações fundamentais de nossas sociedades: a maior exploração e opressão a partir da etnia e raça – atrelada aos povos originários, negros, negras e pardos – e o latifúndio – como servidor das relações econômicas, sociais, culturais e políticas dependentes e periféricas.

Para Mariátegui (2010), o racismo serviu aos propósitos do colonizador, uma vez que, a partir da suposta inferioridade dos povos originários e negros, justificaram-se processos de exploração levados ao extremo. A partir desses condicionantes, essas populações sofrem uma dupla situação de opressão e exploração, como

explorados e como não brancos, em que a segunda condição aprofunda a primeira. Assim, o fator étnico-racial se combina ou se entrelaça com o elemento classe, sendo necessária a articulação entre campesinato, populações indígenas e proletários urbanos a fim de criar as condições para a emancipação étnico-racial. Afinal, a opressão realizada sobre os camponeses e os povos originários é feita pela mesma classe que explora todos os operários na cidade.

Coincidimos com a análise do autor de que a questão agrária, cuja expressão maior é a luta contra o latifúndio, estrutura a luta de classes; por isso, requer a articulação dos povos originários, camponeses e trabalhadores rurais com os trabalhadores urbanos – aliança a ser construída a partir de um programa revolucionário e socialista que enfrente os determinantes da colonização, amalgamados com o racismo, o capitalismo e o imperialismo (e, agregamos, o patriarcalismo). Entendemos que somente com esse sentido, de emancipação, conseguiremos enfrentar e superar as mazelas produzidas pela imposição do latifúndio, ou pelo atual “agro pop” e todas as outras expressões da apropriação privada e desenfreada da natureza e da superexploração do trabalho.

3. A formação do sujeito social a partir do enfoque histórico-cultural

A concepção que orienta esta pesquisa se apoia no enfoque histórico-cultural, constructo teórico iniciado por Lev S. Vygotsky (1896-1934) – pesquisador que adotou o materialismo histórico e dialético como base teórico-metodológica para compreender a

¹ Entendemos a superexploração do trabalho como o fundamento da dependência que se evidencia nas baixas remunerações dos trabalhadores, na concentração de renda e

polarização da riqueza social, nas altas taxas de desemprego, nas diversas formas de subemprego e no crescimento de uma “economia subterrânea” (MARINI, 2000).

formação do psiquismo e, em última instância, da personalidade.

Fundamentalmente, concebemos que as relações sociais, acompanhadas dos signos, são a essência do desenvolvimento das características propriamente humanas, como explica Marx (2007, p. 534) na sexta tese à Feuerbach: “(...) a essência humana não é algo abstrato ou inerente a cada indivíduo. É, na realidade, o conjunto de relações sociais”. São as relações sociais que materializam a forma como o ser humano organiza suas práticas com a natureza, com os homens e as mulheres, com a cultura e consigo mesmo. A afirmativa “nos convertimos en nosotros mismos a través de otros” ou “fue para otros lo que es para yo ahora” (VYGOTSKY, 2012a, p. 149) é um princípio fundamental desenvolvido pelo enfoque histórico-cultural para explicar o desenvolvimento do intrapsíquico.

Vale destacar que não é qualquer relação que produz desenvolvimento e humanização, mas, sim, as relações autênticas e solidárias, alicerçadas no respeito e na colaboração. As relações autoritárias ou de mando produzem sofrimento e desumanização. Nesse sentido, também é importante considerar que as relações sociais, entrelaçadas a comunicação e a atividade, não são independentes ou autônomas, mas estão situadas social e temporalmente. Valemo-nos dos escritos de Martín-Baró (1983) para demarcar que as relações sociais são estabelecidas a partir da localização objetiva de cada sujeito, a partir de um ponto concreto na rede de relações estruturais de uma determinada classe e sociedade. Em nosso caso, as classes sociais estão organizadas objetivamente, como já apontado, a partir de uma maior superexploração e opressão efetivada a partir da raça, da

etnia e do gênero. Certamente que cada sujeito, desde seu ponto de partida, se constitui e atua ativamente, de uma ou outra maneira, frente a esses determinantes históricos e sociais. Em síntese, apoiados no enfoque histórico-cultural e em Martín-Baró, entendemos que a formação dos sujeitos está, fundamentalmente, atrelada a esses determinantes históricos que organizam a rede de relações sociais, em que o sujeito terá ou não possibilidades de experienciar e atribuir sentido às vivências no decorrer de sua vida.

Por vivência, compreendemos a complexa e dialética dinâmica da unidade entre o contexto – como afirmou Vygotsky (1996, p. 383), “toda vivência é vivência de algo” – e, por outro lado, de modo indivisível, como cada sujeito vivencia, de forma única e irrepetível, determinada situação e momento. Assim, a vivência expressa a relação interior do sujeito, o acúmulo de todo o desenvolvimento psíquico (cognitivo, afetivo, emocional) desenvolvido até aquele momento enquanto ser social e cultural – bem como expressa o que significa determinado contexto e momento para o sujeito (VYGOTSKY, 1996; BEATÓN, 2017).

A importância de compreendermos a vivência, dentre outras coisas, está em que ela “(...) determina de qué modo influye sobre el desarrollo del sujeto uno u otro aspecto del medio” (VYGOTSKY, 1996, p. 383); ou seja, “(...) las fuerzas del medio adquieren significado orientador gracias a las vivencias” (ibid.). Nessa perspectiva, a investigação da atribuição de sentido e significado dados a determinado contexto ou situação se torna imprescindível para compreendermos a vivência. De acordo com Vygotsky (2014), o sentido é uma formação dinâmica, variável e complexa que

possui várias zonas de estabilidade, e uma dessas zonas é o significado – caracterizado por uma maior estabilidade, coerência e precisão. Para o autor, a palavra adquire sentido a partir de um determinado contexto, assim como muda de sentido quando o contexto muda. O significado, por sua vez, possui estabilidade e não se altera com as mudanças de sentido e de contexto. Sentido e significado são caracterizados como construções sociais, desenvolvidas em um contexto histórico para expressar ideias e valores.

Assim, os significados são internalizados e transformados em sentidos a partir da vida real e concreta de cada sujeito, das experiências vividas, que incluem seu acumulado anterior, a concepção pessoal de mundo e a personalidade, que conformam uma maneira única e irrepetível de vivenciar determinada situação e momento (VYGOTSKY, 2014; BEATÓN, 2017). Assim, apoiados em Beatón (2017), compreendemos que a atribuição de sentido provém da vivência da experiência e que dos sentidos, por sua vez, constituem-se os motivos, sendo essa uma relação dinâmica e dialética. Já os motivos estão intimamente relacionados às necessidades. De acordo com Bozhovich (1978) e Blagonadiezina e Bozhovich (1978) a necessidade é algo, sentido pelo ser humano, como indispensável para vida do seu organismo ou para ele mesmo, enquanto personalidade. Ela move diretamente o sujeito em busca do objeto para sua satisfação, sendo que esse processo pode gerar emoções positivas, a depender da natureza da necessidade. Já os motivos são móveis da conduta humana, assim como as necessidades, mas diferentemente destas, sua ação também é viável de forma indireta, por meio de uma decisão tomada ou objetivo definido conscientemente. Vale destacar

que mesmo os motivos moralmente mais elevados têm origem na necessidade. As autoras destacam, ainda, que existe uma hierarquia entre os motivos, sendo que, são os motivos dominantes, em determinado contexto e momento, que definem a tendência da conduta.

Em síntese, entendemos a vivência como a base do desenvolvimento do psiquismo, em que toda ação pode ser mediada por uma intenção, atrelada a necessidades, motivos, sentidos, significados, desejos, emoções, afetos e ideias que, por sua vez, compõem a personalidade e a concepção pessoal de mundo. Por concepção pessoal de mundo compreendemos, a partir das poucas e imprecisas definições realizadas por Vygotski (1931/2012b), como o sistema ou quadro geral sobre os aspectos fundamentais da sociedade, em que estão envolvidos aspectos conscientes e lógicos e outros não conscientes, tampouco lógicos. Esse sistema possibilita as pessoas conhecerem e compreenderem a realidade em que vivem. Assim, entendemos que a concepção pessoal de mundo atua na mediação e orientação – consciente ou não - das ações e comportamentos, mais especificamente, no domínio cultural da conduta, pois representa a relação cultural estabelecida em determinado contexto e momento histórico.

4. As relações de uso comum do território e a concepção pessoal de mundo de camponeses faxinalenses

A inserção das comunidades faxinalenses na categoria de comunidades e povos tradicionais ocorreu a partir de 2005 e está atrelada às práticas de uso comum do território. Vale destacar que sua gênese tem referência na cultura aprendida com os povos originários, apropriada ativamente por diferentes grupos étnico-raciais. Para

eles, assim como para os demais camponeses, a permanência na terra, constituída como território de vida, é a condição fundamental para manter sua particular forma de apropriação social dos recursos comuns ou naturais. Em síntese, a posse e o uso da terra estão amalgamados e são essenciais para suprir as necessidades básicas, tais como alimentação, trabalho e moradia. Além disso, essas comunidades também realizam a troca de dias de trabalho para sanar as demandas familiares e coletivas e utilizam uma parte da produção na troca com vizinhos, sem acumular o excesso produzido em cada safra (TAVARES, 2008; STRUWKA, 2021, no prelo).

Os acordos sobre a área de uso comum possuem particularidades em cada comunidade; contudo, em todos se efetiva a criação dos animais à solta, utilizando todo o território faxinalense. Em relação à apropriação dos recursos naturais, existem diferentes combinados. Na maioria das comunidades, cada família extrai a erva mate, a madeira e o pinhão da área sobre a qual possui a posse da terra. Algumas famílias, contudo, vivem nas áreas de uso comum sem terem a posse de nenhuma área; são agregados, familiares ou amigos próximos que, por alguma necessidade, foram viver na comunidade. Nesses casos, geralmente, passam a ter o direito de criar os animais à solta e possuir uma pequena área para fazerem a horta e o pomar para autoconsumo.

Para analisarmos a concepção pessoal de mundo desses sujeitos, utilizaremos parte das entrevistas realizadas com três camponeses faxinalenses: Rosa, 65 anos, é descendente de indígenas e negros, filha de agricultores camponeses e vive

na comunidade faxinalense desde os 13 anos, idade em que se casou; Tereza, 52 anos, é descendente de indígenas e negros, filha de agricultores camponeses e integrou-se ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e à ocupação coordenada pelo movimento²; Pedro, 62 anos, é descendente de portugueses e negros, nasceu no território de uso comum, viveu intensamente as disputas de terra com os madeireiros e assumiu a liderança contra a grilagem da terra – coordenou o Movimento dos Posseiros nas décadas de 1980 e 1990 e, depois, esteve à frente da organização das comunidades a fim de garantir o reconhecimento das áreas faxinalenses como territórios de comunidades tradicionais. Pedro vive em uma comunidade distinta da de Rosa e Tereza; contudo, ambas estão localizadas no mesmo município do interior do Paraná.

Como veremos na descrição e nas análises, essa forma de organizar as relações de produção e reprodução da vida social é orientada pela necessidade de suprir as demandas básicas das famílias que vivem na comunidade, como moradia, alimentação, segurança, trabalho e saúde, bem como responde à necessidade de domínio e apropriação social dos bens naturais, por meio do trabalho familiar, a partir de relações alicerçadas no respeito e no cuidado com os limites e ciclos impostos pela natureza.

Pesquisadora: o que motiva fazer a produção desse jeito [uso comum]?

Pedro: É assim, essa é a forma que a gente se criou. A gente nunca teve a ambição de destruir o que está em cima da terra. Nós só tirávamos a

2 A ocupação foi realizada em áreas griladas do faxinal em que Rosa vive. Após certo período, o

território ocupado pelo MPA foi reintegrado ao território faxinalense.

madeira quando precisava construir a propriedade, as águas eram preservadas, muito preservadas. [...]. Então acho que é essa relação com natureza, por que tem uns que separam terra, natureza, recursos naturais, mais não dá para separar! Porque a terra e a natureza, os recursos naturais elas são necessárias para uma vida humana, nós temos essa consciência. E não só pra nós, né? O ser vivo que nós preservamos, os nossos animais, rebanhos, a fauna, a flora, nós nos preocupamos. (Entrevista concedida em: 20/06/2017).

Inicialmente, apontamos o motivo da produção – a partir do uso comum, atrelado à tradição repassada de geração em geração – como explicação dessa forma de organizar as relações de apropriação social da natureza. Ou seja, o uso comum da terra e do território não foi construído a partir de um planejamento ou da intencionalidade após ser debatido, analisado criticamente, comparado com outras formas de trabalho e, então, escolhido conscientemente pelos sujeitos e pelo coletivo. Entendemos, todavia, que essa é uma forma de adaptação ativa às condições naturais e ao acumulado cultural dos povos originários, apropriado e recriado por outros grupos étnico-raciais e que, em síntese, constitui um “método de organização da produção e da reprodução da vida social alicerçado na busca por equacionar as necessidades coletivas (moradores da comunidade) e no cuidado com a natureza” (STRUWKA, 2021, no prelo). No caso de Tereza, contudo, essa relação é um pouco distinta, pois ela se insere na ocupação realizada pelo Movimento dos

Pequenos Agricultores (MPA), que faz o debate coletivo e a escolha intencional de construir uma ocupação e um assentamento coletivo.³

Fundamentalmente, notamos que os motivos para manter essa forma de produção e reprodução social da vida estão baseados numa concepção pessoal de natureza que integra o território e tudo que nele vive, produzida a partir dos sentidos constituídos com base nas vivências de cuidado e respeito experienciadas cotidianamente no trabalho, voltado à produção de bens de uso. Notamos, ainda, que a produção é realizada a partir de dois objetivos fundamentais: primeiro, produzir sem destruir e/ou prejudicar a natureza; segundo, produzir para sanar as necessidades básicas da família e da comunidade. Enfatizamos, como ponto essencial nesta análise, que os sentidos e motivos da atividade coincidem com o objetivo e o significado social do trabalho, que é produzir recursos e riquezas necessários para viver em família e comunidade. Ou seja, o objetivo do trabalho não está ligado, apenas, aos interesses individuais, mas apresenta uma maior relação com o gênero humano. Em síntese, identificamos que a coincidência entre motivos, sentidos, objetivo e significado social do trabalho – ou o desenvolvimento da atividade com sentido nela mesma – vivenciado nas relações e práticas de uso comum do território produz uma vivência agradável e positiva, mais integral e humanizadora. Os indícios dessas vivências podem ser corroborados a partir das expressões corporais, emocionais e afetivas expressas quando se discute sobre a

3 A área ocupada refere-se às terras griladas por fazendeiros e uma forte madeireira da região. Para maiores detalhes sobre o caso da grilagem das terras, ler: AYOUB, D. S. *Madeira sem lei*:

jagunços, posseiros e madeireiros em um conflito fundiário no interior do Paraná. 2011. 173 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

terra, uso comum e natureza, marcadas por risos, suspiros e outras manifestações relacionadas à satisfação e alegria.

Buscando aprofundar essa análise, destacamos que as atividades desenvolvidas no território faxinalense estão alicerçadas em relações de contato direto com a natureza, com pouco uso de tecnologia e instrumentos. Essas práticas produzem uma relação de maior dependência dos sujeitos às leis da natureza, assim como demandam conhecimento e observação constante dos ciclos atuantes na biodiversidade – possíveis a partir da apropriação cultural repassada pela família e pela comunidade. Um dos indícios da vivência de interdependência pode ser observado nos sentidos que relacionam a natureza e a terra à figura da mãe – o que se explica a partir da compreensão de que a terra e a natureza são as fontes de vida e riqueza para as pessoas que vivem no campo e na cidade. Destacamos que identificamos as bases da constituição das ideias, emoções e convicções que formam a concepção pessoal sobre terra, natureza ou território, entendidos como uma unidade que o ser humano igualmente integra.

Pesquisadora: O que significa a terra pra você?

Tereza: A terra é nossa mãe! A terra é a mãe que dá o alimento, a terra... se nós não cuidarmos da terra, ou que ela venha a sofrer pelos maus cuidados do povo, desmatamento e vários outros tipos de coisas que o povo faz em cima da terra, ela pode morrer e, daí, se ela morrer, o povo morre também. (Entrevista concedida em: 15/06/2017)

Pesquisadora: O que é a terra para você?

Pedro: (...) A terra? A terra (risos) a terra é que produz tudo o que a gente

precisa. (...) A terra não é terra em si, terra num sentido mais amplo, né, terra e o que tem ali. *Ela que nos dá esse meio de vida.* Até chamamos a mãe de terra, a terra de mãe, *porque é dela que nós tiramos toda a nossa vida*, como nos extraímos o leite materno nós tiramos os produtos dela, e nossa concepção e eu trago de casa isso, a gente precisa cuidar da terra como mãe mesmo, tratar ela do jeito que ela precisa ser tratada e não fazer o que a gente vê por aí. E tratando a terra como mãe a mãe trata seus filhos com igualdade, trata seus filhos de um jeito só, ela não faz diferença entre um e outro. Por isso ela precisa de cuidado, apesar da gente ver fora o absurdo que fazem com a terra e a natureza. (Entrevista concedida em: 20/06/2017).

Como podemos verificar na fala de Pedro, o sentido da terra, relacionado ao significado de mãe, também carrega a compreensão de que o acesso a esse bem comum deve ocorrer de forma igualitária – “E tratando a terra como mãe a mãe trata seus filhos com igualdade, trata seus filhos de um jeito só, ela não faz diferença entre um e outro”. No decorrer das entrevistas, identificamos que esses sentidos estão atrelados à necessidade de manter do uso comum do território – com o objetivo de dar acesso aos bens e recursos – e, por outro lado, produzem o rechaço à privatização da terra e à transformação desse bem em mercadoria que pode ser vendida e destruída. Como veremos, Rosa e Pedro se contrapõem à tão aclamada propriedade privada, e questionam o fundamento da organização das relações produtivas na economia capitalista e suas consequências:

Pedro: (...) pra mim não deveria comprar terra, não poderia ser objeto de negócio (...) porque quem aqui nesse mundo quem sabe fazer terra para vender, ne? É um bem da

humanidade, a terra e os recursos naturais, a água, são bens da humanidade que não deveriam tá colocados assim quem tem dinheiro tem, quem não tem dinheiro não tem, fica sem. Não deveria ser assim, porque não iniciou dessa forma, foi o homem que transformou a terra em objeto de venda (...). (Entrevista concedida em: 20/06/2017)

Rosa: (...) tem gente que pega um pedaço de terra e ele só quer saber de vender! A terra tinha que a gente viver e deixar pra as novas gerações, não para negócio! Eu, na minha é essa, eu quero viver e quero deixar pras novas gerações! (...) É que todos precisam viver, ne? Não é só um, um ter vida boa e o resto? (Entrevista concedida em: 02/06/2019)

Como podemos notar, os sentidos relacionados à terra e à natureza, constituídos nas vivências do uso comum, estão relacionados a necessidades de igualdade no acesso a esses bens – com o objetivo de garantir as condições básicas àqueles que vivem deste trabalho. Assim, entendemos que os sentidos e significados – interligados na base da produção de motivos, também produzidos pelas vivências – medeiam e orientam a conduta, as ações e práticas realizadas pelos sujeitos em vista da manutenção e defesa de uso comum do território. Somados a isso, verificamos um forte rechaço e a condenação aos sentidos alienados que conduzem à privatização e à mercantilização da terra, motivados pela ganância e desejo de acúmulo. Essas motivações, para os camponeses faxinalenses, estão relacionadas à falta de consciência sobre o lugar exercido pelo ser humano na relação com a natureza e na história, ao imediatismo e à falta de consideração com as necessidades das novas gerações.

Destacamos que essas necessidades, motivos, sentidos e significados que medeiam e orientam as ações e práticas sociais desses sujeitos, formam as explicações, convicções, ideias, emoções, afetos e integram a concepção pessoal de mundo, estiveram presentes, de maneira distinta, na fala de todos os entrevistados – que, mais ou menos elaboradas, apontam para a manutenção do uso comum da terra e do território com o sentido de cuidado com o ser humano e a natureza, em contraposição aos prejuízos produzidos pela propriedade privada. Destacamos que a formação desses sistemas e conteúdos (afetivos, cognitivos e volitivos) ocorreu tanto nas práticas vivenciadas no uso comum do território quanto nas experiências de resistência e luta travadas contra a grilagem das terras, levada a cabo por madeireiras e fazendeiros.

As experiências diretas ou indiretas de grilagem, privatização e venda das terras produziram inúmeras perdas (de pessoas e de territórios), violências e sofrimentos. Os sentidos produzidos a partir dessas vivências estão relacionados a pobreza, desigualdade, desrespeito e destruição do ser humano e da natureza, além da generalização de sentimentos de tristeza, desacordo, dor e preocupação, que ainda são sentidos quando essas temáticas são abordadas – uma vez que essas experiências são um dos principais motivadores de sofrimento nesses sujeitos. Assim, compreendemos que essas vivências também fazem parte do acumulado interpessoal e subjetivo que contribui no desejo, na intenção e nas motivações em seguir defendendo o uso comum do território.

Fundamentalmente, queremos explicar que a constituição da concepção pessoal de mundo dos camponeses faxinalenses

é produto e processo da forma como se apropriam da cultura. Como já dissemos, entendemos que é nesse complexo, dinâmico e dialético processo de relações sociais, atividade, comunicação, experiências, vivências e atribuição de sentidos, como nos ensinou Beatón (2017) que o concreto se transforma em intrassubjetivo, assim como, produz as novas formações e mudanças no desenvolvimento do sujeito. Nesse caso, nos dá os indícios de como as relações de uso comum do território formam a concepção pessoal de mundo baseada na interdependência entre ser humano e natureza. Com isso, queremos reiterar que nenhum sentido, significado, necessidade ou motivo – ou, o que forma as convicções, ideais e tudo que forma a concepção pessoal de mundo –, e até mesmo a personalidade, se desenvolve natural ou espontaneamente ou se constitui apenas no interno do sujeito. Tampouco podemos afirmar que a concepção pessoal de respeito e cuidado com a natureza é produzida apenas ou em função da realização de práticas no campo (agricultura), como se fosse algo inerente a esse trabalho – concreto – desenvolver o imaterial, intrapsíquico ou o concreto pensado, de uma forma saudável. Como afirmamos no subitem anterior, são as relações com as outras pessoas que possibilitam a apropriação cultural e a constituição do intrapsíquico (VYGOTSKI, 1996); nesse caso, a família e a comunidade têm um papel determinante na mediação cultural das tradições e dos costumes faxinalenses.

A história de Tereza é a expressão mais contundente de como as mudanças nas relações sociais e na comunicação, organizadas na atividade, são fundamentais para a apropriação cultural e a transformação do intrapsíquico – nesse caso, da concepção pessoal de mundo. Filha de camponeses que

trabalhavam na própria terra e para terceiros, ela estabelecia relações e práticas com a natureza e com os demais sem o respeito, o cuidado e a solidariedade que possui atualmente. A entrevistada relata que seu processo de mudança começou quando se inseriu no MPA, na aprendizagem influenciada pelos filhos que realizaram formação e práticas em agroecologia e na participação dos espaços do movimento, especialmente quando se mudou para a ocupação realizada junto ao MPA. Sua história nos comprova como a apropriação cultural transforma as relações do sujeito com o contexto, consigo mesmo e com os demais. Em síntese, compreendemos que a concepção pessoal de mundo desses sujeitos é produto e processo da apropriação cultural, realizada cotidianamente, no enfrentamento da vida real e concreta que vivenciam enquanto camponeses faxinalenses, imersos na rede de relações sociais construída no território de uso comum, mas também atrelada à classe trabalhadora que disputa contra a propriedade privada da terra, o monopólio dos instrumentos e meios de produção e a superexploração do trabalho.

5. Considerações finais

Esta pesquisa teve como objetivo compreender a concepção pessoal de mundo de camponeses faxinalenses, especialmente relacionada à terra e à natureza. Para isso, buscamos na organização da vida real e concreta, nas relações que estabelecem com a atividade e nos sentidos a elas atribuídos o cerne do processo de formação das características pessoais, tendo a vivência como categoria funcional de análise e unidade básica do desenvolvimento do psiquismo.

Em relação à concepção pessoal de mundo, destacamos como central a compreensão de unidade e interdependência entre o ser humano e a natureza. Evidenciamos que essa concepção pessoal está baseada nas vivências do uso comum do território, que, por sua vez, possui como sentido a produção de bens de uso – a fim de suprir as demandas básicas da família e das pessoas que vivem na comunidade e realizar atividades produtivas adaptadas aos limites e às exigências da natureza. Interligados a esses sentidos, identificamos as necessidades plasmadas nos motivos dominantes de garantir o acesso igualitário à terra e a seus recursos, a fim de suprir as demandas básicas de trabalho, moradia e alimentação para a família e a comunidade. Também identificamos um forte rechaço à privatização e à mercadorização da terra, produzido a partir das vivências de grilagem de seus territórios.

Apontamos que a coerência entre necessidades, motivos, sentidos e o objetivo da atividade desenvolvida – produção de recursos e riquezas para as pessoas sem destruir a natureza – produz uma vivência agradável e positiva, mais integralizadora, que segue produzindo desejo, vontade e convicção de seguir sendo experienciada. Desta forma, podemos afirmar que o conteúdo, os sistemas, as relações e os nexos que atuam na concepção pessoal desses sujeitos – e, por sua vez medeiam e orientam as intenções ligadas à sua conduta – têm sido praticados e avaliados positivamente nas suas experiências vivenciadas cotidianamente. Além disso, destacamos que as necessidades plasmadas nos motivos dominantes não estão impulsionados, apenas, pela falta de algo ou voltados para interesses individuais, mas são interligados ao gênero humano,

também dependente da natureza. Contudo, relembramos que esse “quadro geral” que orienta a relação cultural desses sujeitos com a sociedade ainda não está suficientemente refletido, sistematizado, elaborado ou consciente, pois, como já apresentamos em pesquisa anterior (STRUWKA 2019; 2021 no prelo), ao serem indagados sobre os motivos e explicações de manterem o uso comum obtivemos respostas que apontam para *“um costume aprendido com os mais velhos”*; *“a gente aprendeu assim com os antigos, e segue fazendo”*; *“quando nasci já era assim”*. Como já analisado, compreendemos que essas explicações contribuem no enfrentamento dos desafios da vida real e concreta, cotidiana, contudo, não explicitam os princípios e regularidades da concepção que orienta o método que desenvolverem na sua particular forma de organizar a produção e reprodução social da vida.

Em síntese, os indícios explicativos presentes nesta pesquisa apontam que a concepção pessoal de mundo, a moral e a ética não são processos desenvolvidos na estrutura interna no sujeito, mas, acima de tudo, são apropriados ativamente no sistema de relações interpessoais e na comunicação, organizados na atividade, experienciadas, vivenciadas e atribuídas de sentidos. No caso investigado, estão presentes nas relações familiares e comunitárias, baseados nos costumes e tradições faxinalenses – valorizadas e reconhecidas na prática cotidiana. Assim, a partir deste estudo, buscamos avançar na sistematização e na análise crítica de como essa e outras comunidades e coletivos organizam suas relações e criam as condições para a formação de sujeitos que se contrapõem conscientemente às causas da produção das diferentes formas de desigualdade e opressão. Com isso, não devotamos

nenhum romantismo ou ignoramos as contradições intrínsecas a essas tradições, mas buscamos nessas particulares experiências indícios explicativos que contribuam para construirmos processos de formação e organização popular, desde a família, o trabalho, a comunidade e os territórios. Como bem disse Martín-Baró (s. d.), se nós, psicólogos, não somos responsáveis por produzir um “projeto de nação”, devemos, sim, “preparar os processos que façam possíveis o projeto, e as pessoas que o protagonizem e o construam” (tradução nossa, p. 3).

Referências

BAMBIRRA, V. **O capitalismo dependente latino-americano**. 4. ed. Florianópolis: Insular, 2019.

BEATÓN, G. A. Vivência, atribuição de sentido e subjetivação da atividade, a comunicação e relações sociais. In: BERNARDES, M. E. M.; BEATÓN, G. A. (Orgs.). **Trabalho, educação e lazer**: contribuições do enfoque histórico-cultural para o desenvolvimento humano. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades, 2017. p. 143-214.

BLAGONADIEZHINA; BOZHOVICH, L. L. Prefácio. In: _____. **Estudio de la motivación de la conducta de los niños y adolescentes**. Editorial Progreso: Moscou, 1978, p.3-8.

BOZHOVICH, L. El problema del desarrollo de la esfera motivacional en el niño. In: BOZHOVICH, L. **Estudio de la motivación de la conducta de los niños y adolescentes**. Moscou: Editorial Progreso, 1978. p. 9-41.

MARIÁTEGUI, J. C. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Expressão Popular/Clacso, 2010.

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2012.

MARTÍN-BARÓ, I. **Ação e ideologia**: psicologia social da América Central. San Salvador: Universidad Centroamericana José Simeón Cañas, 1983.

MARTÍN-BARÓ, I. **Que psicólogo necesita el país?** San Salvador: Universidad Centroamericana José Simeón Cañas, s. d. Coleção digital disponível em: uca.edu.sv.

MARX, K. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão. São Paulo: Boitempo, 2007.

STRUWKA, S. **O uso coletivo do território em comunidades faxinalenses**: uma análise na perspectiva do Enfoque Histórico-Cultural. Revista *Psicologia USP*. No prelo.

TAVARES, L. A. **Campesinato e os faxinais do Paraná**: as terras de uso comum. 2008. 755 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

VYGOTSKY, L. S. Génesis de las funciones psíquicas superiores. In: VYGOTSKY, L. S. **Obras Escogidas III**. Madrid: Antonio Machado Libros, 2012a.

VYGOTSKY, L. S. Conclusiones. Futuras vías de investigación. Desarrollo de la personalidad del niño y de su concepción del mundo. In: VYGOTSKY, L. S. **Obras Escogidas III**. Madrid: Antonio Machado Libros, 2012b.

VYGOTSKY, L. S. La crisis de los siete años. In: VYGOTSKY, L. S. **Obras Escogidas IV**. Madrid: Editorial Aprendizaje/Visor, 1996.

VYGOTSKY, L. S. Pensamiento y lenguaje. In: VYGOTSKY, L. S. **Obras Escogidas II**. Madrid: Antonio Machado Libros, 2014.

Recebido em 2021-09-14
Publicado em 2021-10-01